

IV

Capítulo

O café na Região Metropolitana de Campinas

Célia Regina Grego

Cristina Criscuolo

Cícero Alves de Souza

Maria Helena Silva Brito

Silvio Luis Pretto

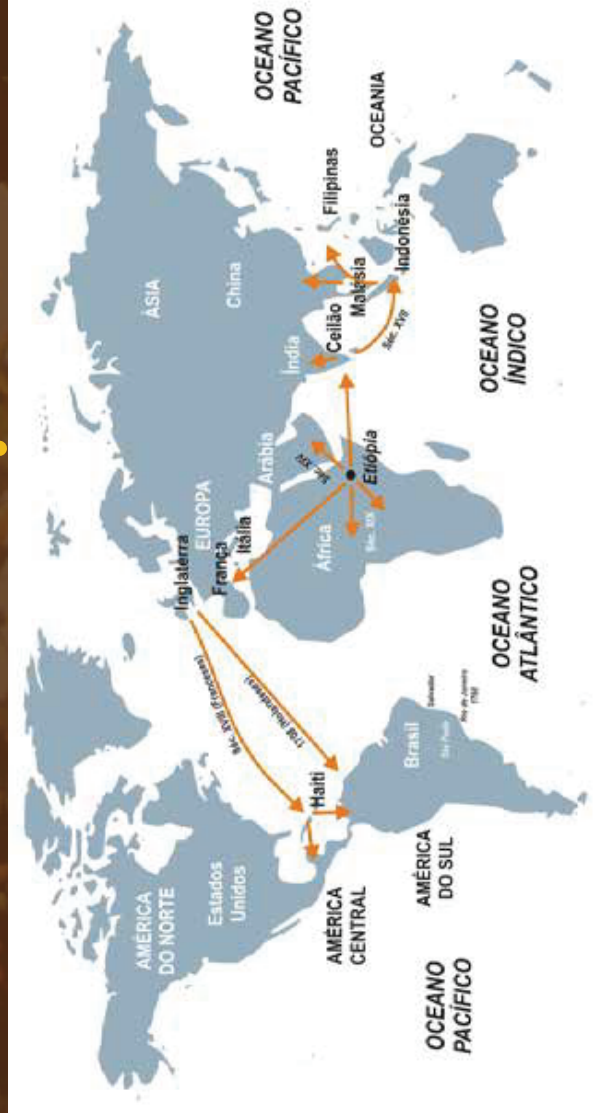
Sérgio Hiroaki Motoki

Origem e expansão da cafeicultura

Os documentos históricos nos mostram que o cultivo do café é originário da Etiópia, país localizado na porção centro-oriental do continente africano. Embora o surgimento tenha sido registrado na África, os povos árabes foram os responsáveis pela propagação da cultura do café no mundo^[1].

Acompanhe a "viagem" do café pela história, até sua chegada ao Brasil:

Café é originário da palavra árabe *qahwa*, que significa vinho.



Origem e expansão da cafeicultura^[1]



Século 14

O café foi introduzido na Europa



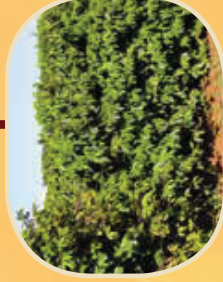
Século 16

Na Pérsia (atual Irã), o café começou a ser torrado e a se parecer com a bebida que conhecemos atualmente



Século 17

Em Veneza, teve início o consumo do café e, a partir de então, houve rápida difusão para outras partes do mundo



Século 18

As plantações de café foram introduzidas nas Antilhas, levadas pelos holandeses



Século 19

Teve início a produção do café no Brasil, em escala comercial

Origem e expansão da cafeicultura no mundo. Fonte: ADAS^[2].

A importância do Ciclo do Café para o Brasil

O café foi introduzido no Brasil em 1727, trazido da Guiana Francesa^[3]. Em meados de 1760, as primeiras lavouras cafeeiras foram implantadas na Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. O local foi escolhido por apresentar condições edafoclimáticas adequadas ao cultivo.

A partir do Rio de Janeiro, as lavouras de café espalharam-se pelo Vale do Rio Paraíba do Sul (fluminense e paulista), que tornou-se uma grande região produtora. Em 1825, o café foi responsável por consolidar um novo ciclo econômico no Brasil. Com o passar do tempo, a produção no Vale do Rio Paraíba do Sul foi afetada por problemas relacionados ao uso incorreto de práticas agrícolas sobre o solo. Essas práticas incorretas ocasionaram baixa produtividade e erosões, pois as lavouras se expandiram sobre terrenos declivosos, que haviam passado por um intenso desmatamento da vegetação nativa.

Após o esgotamento dos solos na região do Vale do Paraíba, a cultura do café passou a ocupar a região da Zona da Mata mineira e, na sequência, migrou para a região central de São Paulo à procura de novas áreas de expansão. Nesse período, houve a fixação da atividade agrícola em uma faixa que se estendia desde Campinas até Ribeirão Preto, aproveitando-se de uma infraestrutura viária já aberta durante o período do Ciclo do Açúcar na região^[4].

Depois da implantação do café, não tardou para que o Brasil assumisse a liderança mundial da produção, que, além da rentabilidade conseguida nas terras do Sudeste, também contou com as crises econômicas e guerras ocorridas em outras áreas do globo que cultivavam o produto^[5]. Durante o Ciclo do Café no Brasil, a região de Campinas foi considerada a mais importante área produtora e teve suas terras divididas em dezenas de fazendas^[6].

Os recursos gerados com o Ciclo do Café aceleraram o crescimento econômico do Brasil. A cultura do café foi responsável pela ocupação de diversas regiões nos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. O crescimento econômico e a necessidade de escoamento da produção resultaram na construção de ferrovias que aumentaram a eficiência no transporte de pessoas e produtos, que até então era feito predominantemente por tração animal. A cultura do café foi responsável, ainda, pela abertura de rotas e serviu para impulsionar o comércio entre as regiões do Brasil^[7].

Além da ocupação do território, a riqueza advinda do café consolidou uma nova classe política e econômica nacional, advinda dos senhores de engenho: a dos fazendeiros e barões do café. A economia cafeeira contribuiu para a formação da identidade cultural do Brasil, para a imigração europeia e para a miscigenação racial. Influenciou politicamente os rumos do País, a exemplo da derrubada da monarquia e do movimento da abolição dos escravos. Após a Proclamação da República, os fazendeiros de café de São Paulo e os fazendeiros de gado de Minas Gerais alternaram-se na Presidência da República, em uma política conhecida como “café com leite”, que durou até meados de 1930. O excesso de riqueza dos plantadores de café permitiu a constituição de grandes e bonitos casarões nas fazendas produtoras e de mansões nas cidades, assim como financiou a industrialização no Sudeste do Brasil^[8].

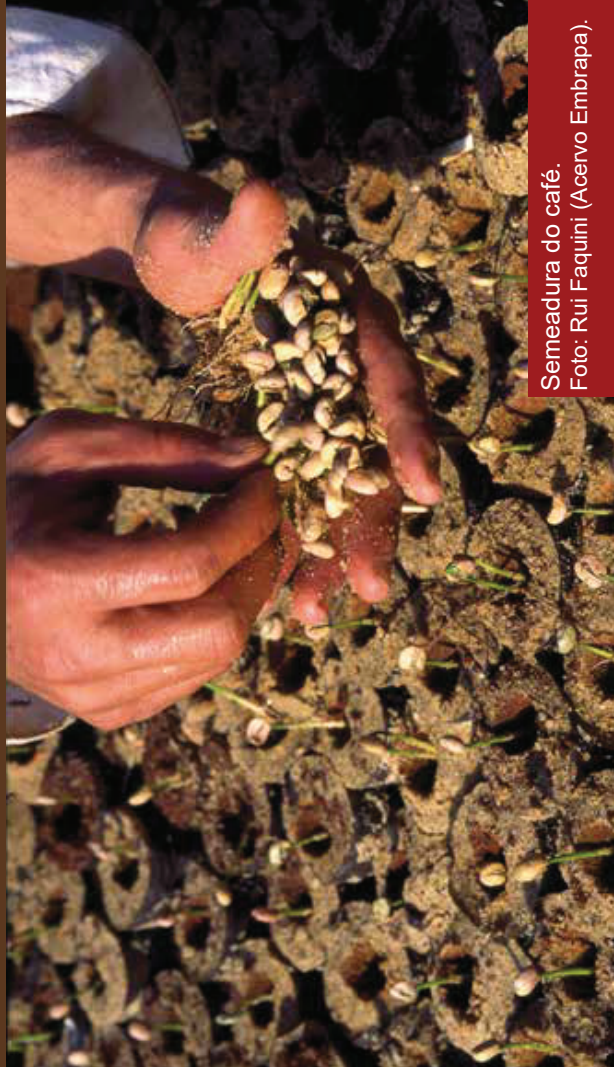


Expansão do café no Brasil até 1960.

Fonte: Rodrigues^[9].

Etapas da produção do café

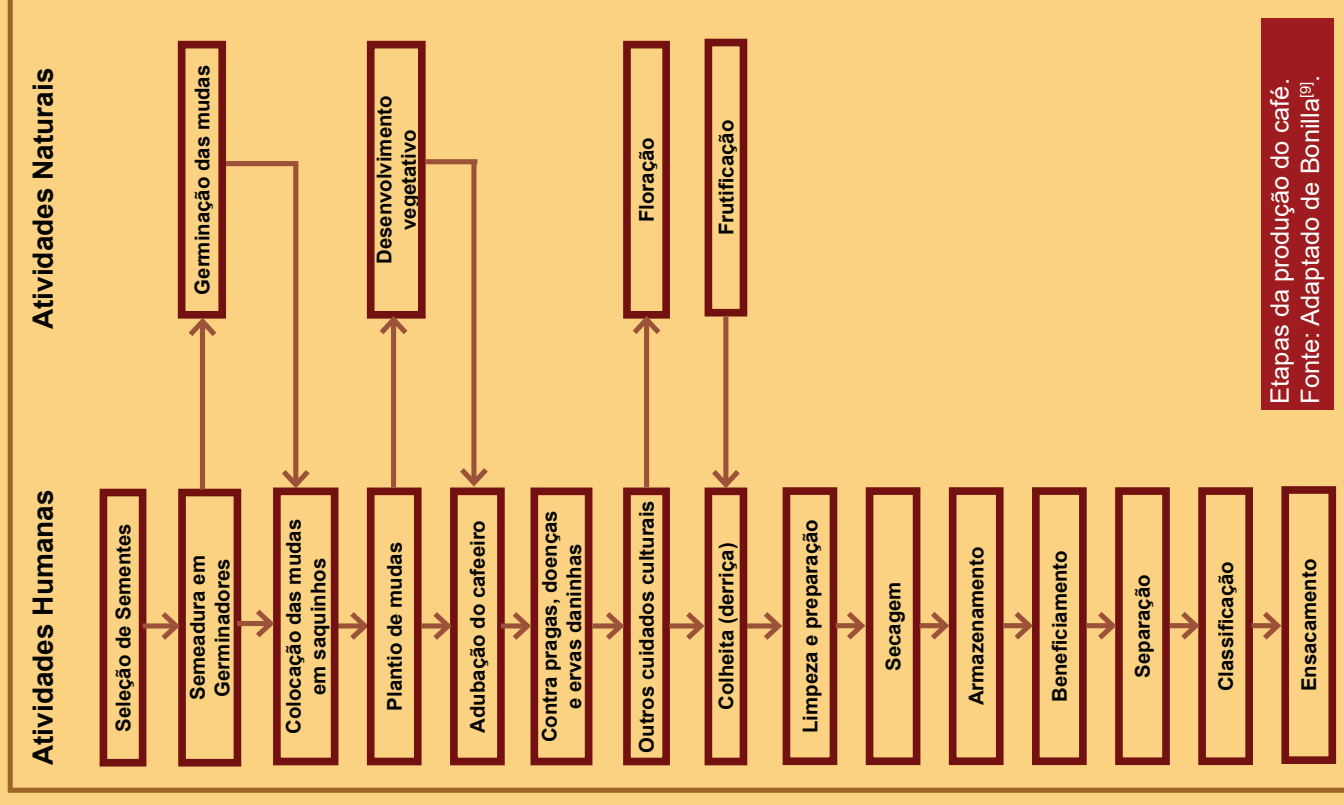
A produção do café na lavoura tem várias fases. Os trabalhadores exercem atividades que vão do cultivo até o transporte do produto aos mercados consumidores. Observe no fluxograma como são as etapas básicas da produção do café^[9].



Semeadura do café.
Foto: Rui Faquini (Acervo Embrapa).



Mudas para plantio.
Foto: Célia Regina Grego.



Etapas da produção do café.
Fonte: Adaptado de Bonilla^[9].



Alocação em sacas de 60 kg.
Foto: Cristina Criscuolo.



Beneficiamento dos grãos de café.
Foto: Cristina Criscuolo.



Secagem dos grãos de café.
Foto: Célia Regina Grego.



Abanação dos grãos de café.
Foto: Maylena Clécia.



Classificação dos grãos por peso e tamanho.
Foto: Cristina Criscuolo.



Cafezal em flor.
Foto: Kadjjah Suleiman.



Cafezal com frutos.
Foto: Cristina Criscuolo.

Trabalhadores do Ciclo do Café

A produção em larga escala foi possível graças ao elevado número de pessoas disponíveis para o trabalho nas lavouras durante o Ciclo do Café ocorrido em meados do século 19. O cultivo do café necessitava de acompanhamento e práticas agrícolas ao longo de todo ano, resultando na presença constante de mão de obra no campo.

Durante a fase inicial do Ciclo do Café no Brasil predominou o uso da mão de obra escrava nas lavouras. Essa prática arrastou-se como herança advinda do ciclo econômico anterior (da cana-de-açúcar), quando os escravos atuavam nas plantações, nas moradias e nos engenhos dos senhores, e tornaram-se a base do sistema de produção. Até 1850 a expansão cafeeira foi acompanhada pelo aumento da mão de obra escrava^[6].

No fim do século 19, o trabalho escravo tornou-se menos vantajoso no processo produtivo cafeeiro. Algumas das razões foram:

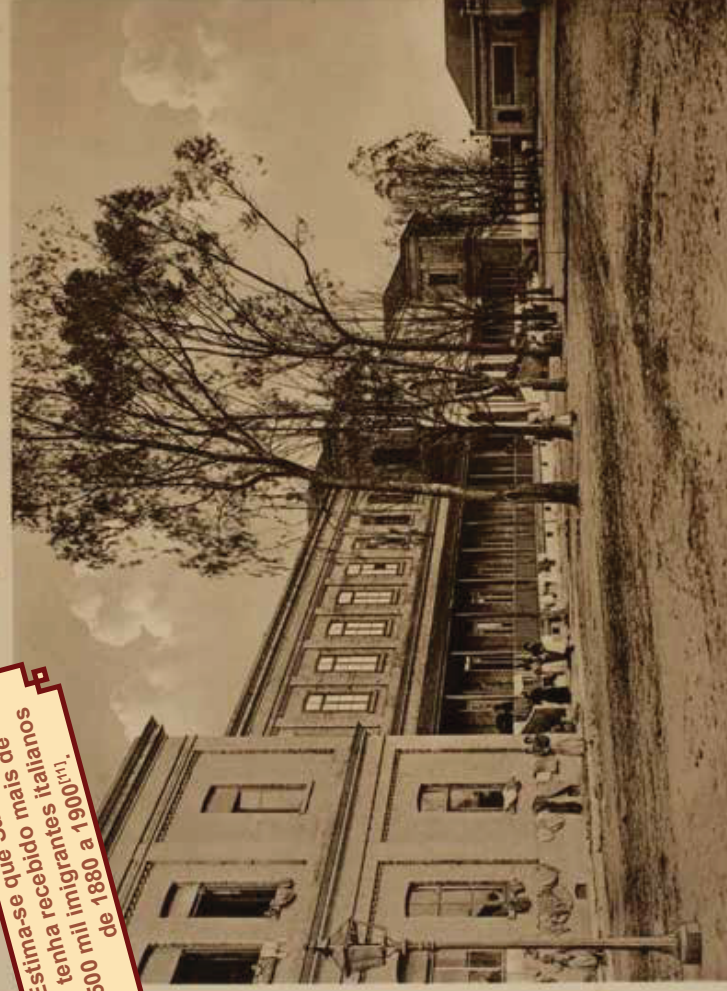
- a diminuição de importação de mão de obra africana, que resultou na dificuldade de encontrar escravos em grandes quantidades, para manutenção da cafeicultura;
- o custo elevado da mão de obra, resultante de sua escassez no mercado;
- a existência dos grupos abolicionistas que atuavam pela libertação dos escravos; e
- as conjunturas políticas e econômicas pelas quais passava o mundo da época – a economia capitalista estava no período da Segunda Revolução Industrial e havia interesse em aumentar o número de consumidores e os lucros provenientes da exploração da mão de obra assalariada.

Para evitar que o projeto cafeeiro se tornasse inviável por falta de mão de obra, o governo brasileiro, fortemente influenciado pelos interesses dos cafeicultores, criou programas de incentivo à vinda de imigrantes, principalmente europeus. Nos programas, o governo divulgava oportunidades para famílias europeias que desejassem trabalhar no Brasil, sobretudo pela situação de crise na qual se encontravam os países do antigo continente. O governo brasileiro promoveu campanhas publicitárias nos países de origem desses imigrantes e também custeou o transporte até a sua fixação nas fazendas de café^[10].

Com efeito, o estado de São Paulo recebeu mais de 2,5 milhões de imigrantes durante o período da cafeicultura. Apesar da grande diversidade de nacionalidades, 80% dos imigrantes estabelecidos no estado entre 1827 e 1939 vieram de apenas cinco países: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e Japão. Nesse contexto, os austríacos, sírios, libaneses e russos também foram numericamente importantes, mas os italianos corresponderam à grande maioria dos imigrantes que atuaram vinculados à culturas do café^[11].

Quando os imigrantes desembarcavam no Brasil, deparavam-se com inúmeras dificuldades a serem vencidas, desde a falta de técnicas adequadas para o trabalho nas lavouras até os problemas de adaptação em relação ao clima e às doenças que existiam nos trópicos. Como exemplo local, podemos citar a epidemia de febre amarela que dizimou a população da região de Campinas, ocorrida entre os anos de 1889 e 1897^[11].

Estima-se que São Paulo tenha recebido mais de 500 mil imigrantes italianos de 1880 a 1900^[11].

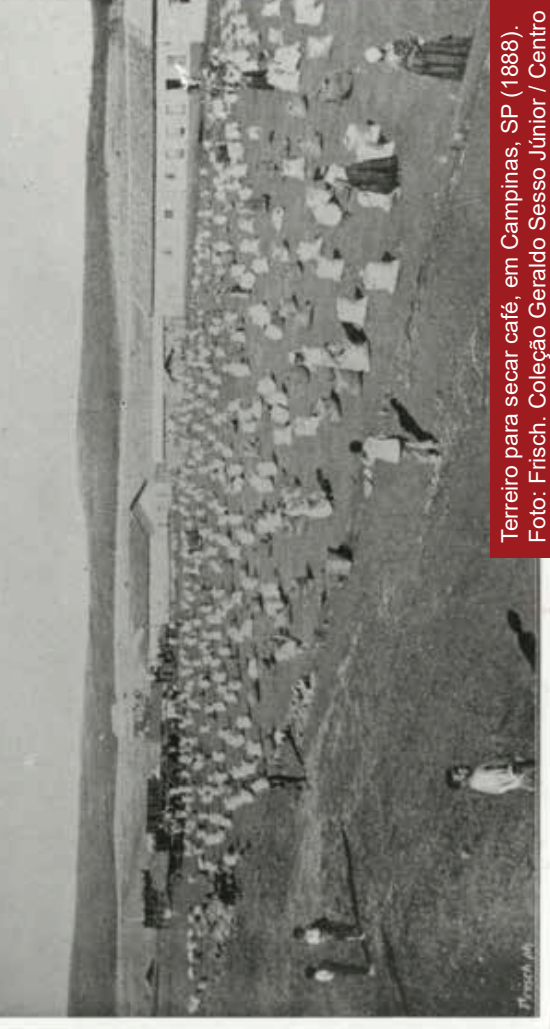


Arquivo dos Imigrantes (Bo. do Estadual)

Arquivo dos Imigrantes (Bo. do Estadual)

Hospedaria dos Imigrantes, primeira década do século 20.

Foto: Coleção Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo.

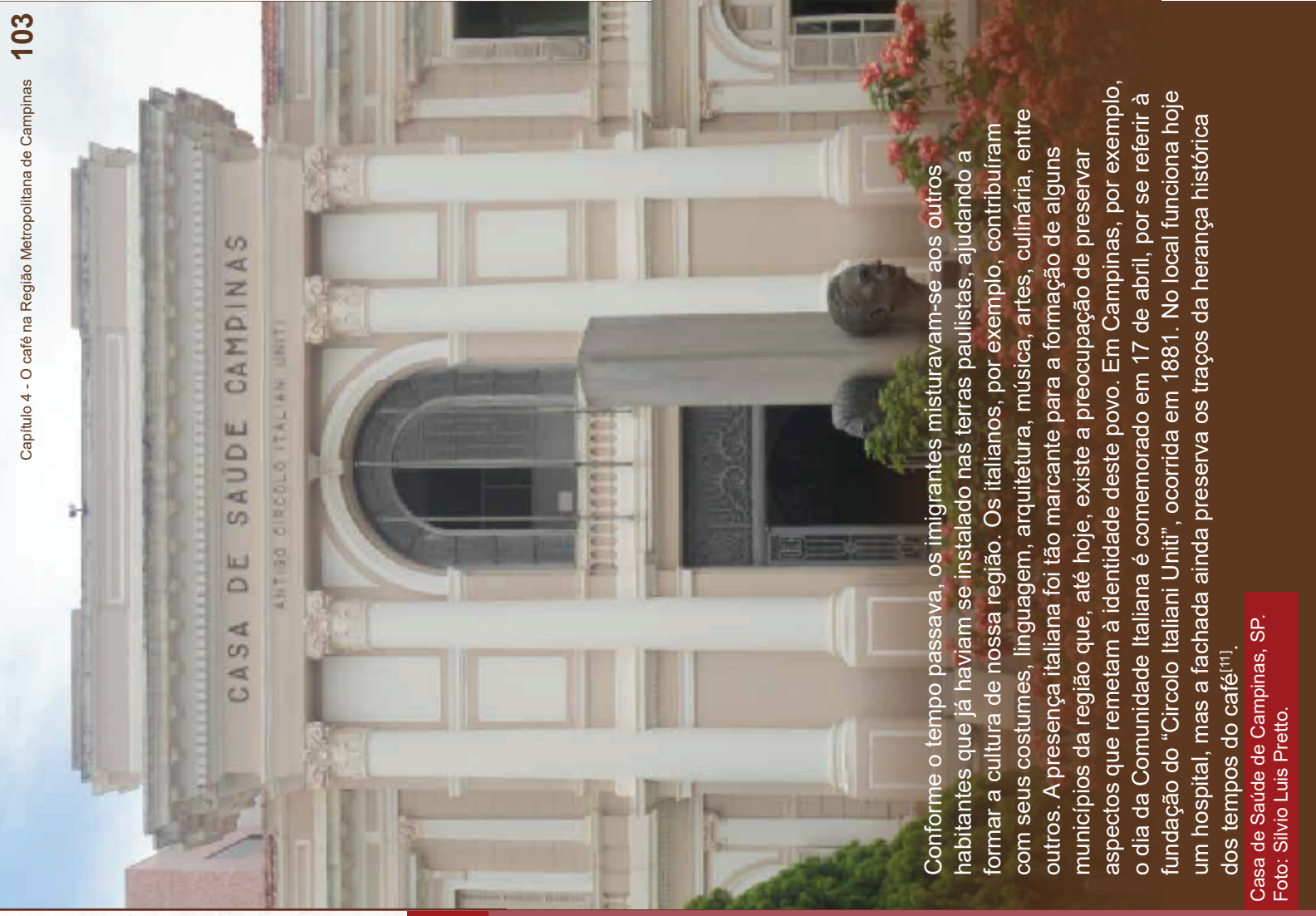


Terreiro para secar café, em Campinas, SP (1888).
Foto: Frisch. Coleção Geraldo Sesso Júnior / Centro
de Memória da Unicamp.

Para minimizar as adversidades, o governo oferecia alguns estímulos para encorajar os imigrantes a ocupar o Brasil. Os estímulos eram prioritariamente destinados àqueles que viessem com suas famílias, pois na época se entendia que, se viessem sozinhos, poderiam desistir ou abandonar facilmente as fazendas de café^[11].

A seleção do trabalhador imigrante nas fazendas de café era fundamentada no trabalho livre, porque resultava em mão de obra barata^[12]. Mas as primeiras experiências do trabalho livre dos colonos foram marcadas por conflitos trabalhistas, por uma situação que se assemelhava a uma escravidão disfarçada. Na literatura, são relatados casos de denúncias de imigrantes que tinham patrões que cobravam pagamento de taxas indevidas, que controlavam excessivamente a disciplina nas colônias, que impediam o plantio de roças voltadas à alimentação familiar, entre outras práticas. Essa realidade encontrada nas lavouras era bem diferente da propaganda positiva veiculada pelo governo nos países de origem dos imigrantes.

Mesmo com dificuldades, algumas décadas depois de sua chegada nas lavouras, alguns imigrantes já haviam acumulado capital suficiente para se tornarem pequenos proprietários e comerciantes, mantendo-se também na área rural com a agricultura de subsistência e a criação de gado e de pequenos animais. Embora tenham acontecido também outros episódios de imigração na região, a chegada de italianos em Campinas tornou-se mais forte a partir de 1880. Até então, a mão de obra utilizada nas lavouras regionais era formada predominantemente por escravos de origem africana.



Conforme o tempo passava, os imigrantes misturavam-se aos outros habitantes que já haviam se instalado nas terras paulistas, ajudando a formar a cultura de nossa região. Os italianos, por exemplo, contribuíram com seus costumes, linguagem, arquitetura, música, artes, culinária, entre outros. A presença italiana foi tão marcante para a formação de alguns municípios da região que, até hoje, existe a preocupação de preservar aspectos que remetam à identidade deste povo. Em Campinas, por exemplo, o dia da Comunidade Italiana é comemorado em 17 de abril, por se referir à fundação do “Circolo Italiani Uniti”, ocorrida em 1881. No local funciona hoje um hospital, mas a fachada ainda preserva os traços da herança histórica dos tempos do café^[11].

Casa de Saúde de Campinas, SP.
Foto: Silvío Luis Pretto.

O café na região de Campinas

Durante o Ciclo do Café, as plantações passavam por problemas de ordem natural e econômica tais como o esgotamento das terras, as intempéries climáticas, as pragas nas lavouras, a falta de mão de obra, a competição pelos preços do produto do mercado, entre outras. Os problemas exigiam respostas do setor produtivo e uma delas era o deslocamento da cultura no território, à procura de novas áreas para expansão.

Seguindo essa lógica, como vimos anteriormente, a cultura do café consolidou-se na região de Campinas vinda do Vale do Rio Paraíba do Sul. A partir da metade do século 19,

Campinas tornou-se o grande centro produtor de café do Brasil.

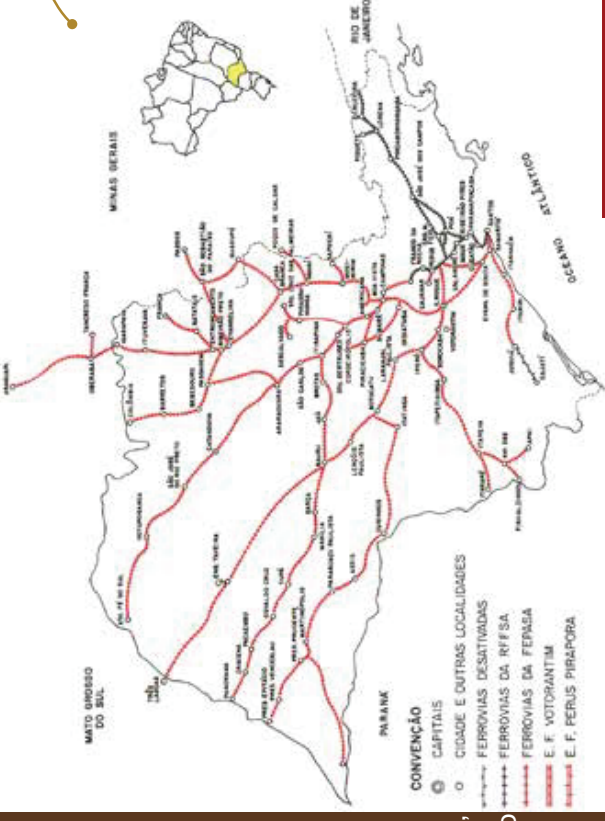
A região de Campinas já havia se firmado economicamente em fase

anterior, baseada em sólidas riquezas construídas sobre o plantio da cana-de-açúcar e a posse de escravos^[6]. Durante muitos anos os dois cultivos coexistiram, até que o café passou a dominar quase exclusivamente a paisagem das fazendas^[13]. Nas fotografias, podemos observar uma estrutura típica das fazendas de café localizadas na região de Campinas naquela época. As plantações estendiam-se por vastas superfícies, formando paisagens que se assemelhavam a “mares de café”.

Na região de Campinas, os cafezais sofriram menos com esgotamento dos solos em relação ao verificado no Vale do Paraíba, graças à configuração do terreno, ao tipo de solo e ao clima mais adequados ao desenvolvimento da cultura agrícola. Aqui também foi implantado um entroncamento ferroviário estratégico, que ligava as fazendas de café entre si e facilitava o deslocamento de pessoas e da produção. O transporte do café era feito na própria região, mas principalmente para escoar a produção do interior para a capital do estado e para o Porto de Santos (de onde seguia ao exterior). Os ramais férreos percorriam inúmeras fazendas, funcionando como ramais “cata-café”^[6]. Na configuração da atual RMC existem trilhos que pertenciam a:

- Companhia Paulista de Estradas de Ferro;
- Companhia Ituana de Estradas de Ferro;
- Companhia Estrada de Ferro Itatibense;
- Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; e
- Companhia Carril Agrícola Funilense.

No século 19 e início do século 20, além das ferrovias, já existiam na região os caminhos e estradas por terra que foram abertos pelos tropeiros e muito utilizados no período de exploração do ouro descoberto nos campos de Goiás e durante a produção açucareira^[15].



Fonte: Geipot^[14].



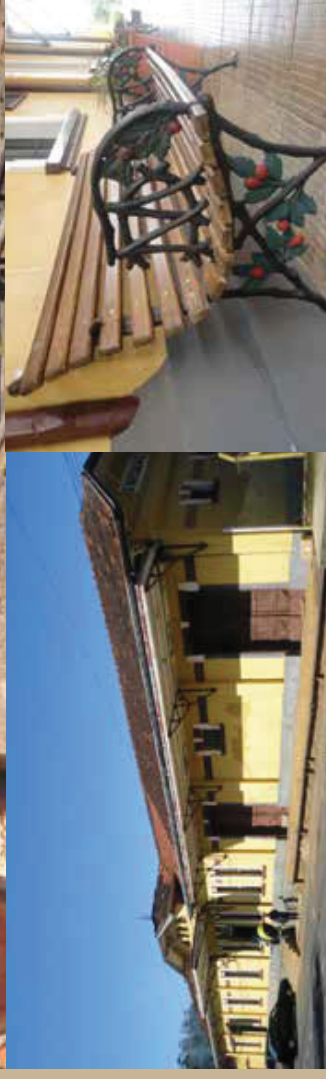
Fazenda de café em Arraial dos Sousas, entre 1898 e 1918, Campinas, SP.
Fotos: Coleção Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Observe a figura, que apresenta o traçado das estradas de ferro na década de 1980, como herança principalmente dos tempos do café^[14].

A grande maioria dos trechos de estradas de ferro que cruzam a região de Campinas na atualidade são remanescentes da época do café e operam atualmente no transporte de cargas.

Existe um percurso muito famoso na região, voltado ao turismo, no qual os visitantes podem conhecer ou relembra aspectos da época do café. O trem Maria-Fumaça percorre trilhos preservados da antiga Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que, no passado, ligava os estados de São Paulo e de Minas Gerais. O traçado entre a Estação Anhumas (localizada no município de Campinas) e a Estação de Jaguariúna é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc), tombamento que inclui as estações, fazendas, edificações e o bairro rural de Carlos Gomes e contribui para a preservação do patrimônio histórico e cultural da região^[16]. A estrada da Companhia Mogiana (pela qual se desloca a Maria-Fumaça) foi fundada em 1872 e desativada para uso não turístico em 1971. Quando estava em operação, a linha férrea chegou a ter 1.992 quilômetros de trilhos construídos entre Campinas e a cidade mineira de Araguari, por onde eram deslocados passageiros e cargas entre os dois estados^[17].

Além das composições e das estações que podem ser visitadas no passeio turístico, os visitantes podem observar, nos espaços e nos museus localizados nas estações, alguns objetos de época, como equipamentos que eram utilizados nas ferrovias, documentos e trajes antigos. Algumas evidências da relação entre o café e as ferrovias podem ser constatadas nos detalhes dos móveis, objetos e até mesmo na paisagem, como ocorre por exemplo nos bancos localizados na estação Anhumas, decorados com ramos de café, como mostrado nas fotografias ao lado.



Aspectos da estação turística de Anhumas, localizada no município de Campinas, SP. Fotos: Silvío Luis Preto.



Das fazendas de café em Campinas ao Porto de Santos

A região de Campinas foi a porta de entrada do café no Oeste Paulista e a primeira a cultivá-lo economicamente pelo modelo de estabelecimento de cafezais industriais. Com os bons resultados obtidos nas lavouras, a região começou a exportar café e, em meados de 1842, enriqueceu e prosperou rapidamente^[18]. Em 1899, Campinas contava com 26 milhões de pés de café, 278 propriedades e 25.000 trabalhadores ligados ao cultivo do café^[18].

Os primeiros cafezais em território campineiro foram plantados nas proximidades do pouso de tropeiros da cidade, localizado na altura da atual Avenida Princesa d'Oeste^[7]. O local foi escolhido estrategicamente, considerando o acesso direto à estrada dos Goiaes, na época a principal via de ligação entre Campinas e Jundiaí. Em 1835, ocorreu o plantio na Fazenda Mato Dentro, onde hoje estão localizados o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e o Centro Experimental Central do Instituto Biológico, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo^[7].

Entrada para a casa sede da antiga Fazenda Mato Dentro.



Local de armazenamento de café (tulha).



Estruturas preservadas no Parque Ecológico e o Instituto Biológico, Campinas, SP, localizados na antiga Fazenda Mato Dentro.

No início do século 20, o café avançou para Oeste do estado de São Paulo em direção a Mato Grosso e Paraná, ultrapassando a região de Campinas. A alta rentabilidade financeira obtida com a cultura novamente motivou a procura por novas áreas de expansão que possuíam condições ambientais e locais propícias para a instalação da cafeicultura.

O café de Campinas era beneficiado (ou seja, o café era limpo e descascado, obtendo-se um padrão necessário para comercialização do produto) e depois exportado para os mercados internacionais, a partir do Porto de Santos.



Máquina a beneficiar do Café

Máquina para beneficiar café

Beneficiamento do café e embarque no Porto de Santos.
 Fotos: Coleção Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Chargement de Café à Santos

Chargement de café em Santos

Declínio do Ciclo do Café e efeitos sobre a região de Campinas

O ano de 1929 foi marcado por uma grave crise econômica mundial, estabelecida após a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Entre outros efeitos devastadores, a crise solapou a economia baseada na cafeicultura no País. Naquela época, havia elevada quantidade de café disponível no mercado e o preço obtido pela venda da saca tornou-se irrisório, insuficiente para custear as despesas do sistema produtivo e de toda a cadeia produtiva.

Na esperança de diminuir a queda de preços provocada pelos excedentes de produção, milhões de sacas de café foram queimadas e as plantações começaram a ser erradicadas para que o volume do produto disponível no mercado diminuísse e os preços pudessem ser compensadores. Nesse período, muitos fazendeiros de café foram à falência, ocasionando uma crise em amplos setores da economia e da sociedade. No entanto, como efeito, a distribuição fundiária foi alterada e a propriedade da terra tornou-se mais acessível aos imigrantes. A crise na cafeicultura atingiu o Brasil, a região Sudeste, o estado de São Paulo e também a região de Campinas.

Passado o período de desequilíbrio ocasionado pela crise de 1929, a região Sudeste do Brasil voltou a crescer aos poucos, porém com foco nos setores industrial, comercial e de serviços. A localização espacial da região de Campinas foi privilegiada no ciclo que se iniciava, já que contava com recursos, pessoas e infraestrutura já implantados na economia cafeeira para amparar o estabelecimento e a consolidação de uma nova vocação econômica.

Em Campinas, os antigos cafezais foram desaparecendo gradativamente da paisagem rural e, nos anos que se seguiram à crise, houve fortalecimento da indústria e do setor terciário, o que ocasionou o êxodo dos trabalhadores do campo para as cidades. A partir da década de 1970, as áreas urbanas regionais começaram a crescer de forma irreversível, ao atrair população de outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil para atuar principalmente como mão de obra nas cidades. Na agricultura regional, houve intensificação da produção de frutas e flores, diretamente relacionada à atuação das famílias de imigrantes, como veremos nos próximos capítulos.



Após a crise de 1929 houve retração da cultura do café na região de Campinas, porém a cultura foi essencial para estabelecer as bases econômicas que permitiram a instalação das indústrias e dos serviços.
Foto: Célia Regina Grego.

Depois de encerrado o grande ciclo econômico do café, levou aproximadamente 25 anos para o ressurgimento de uma nova cafeicultura, com foco voltado à exploração agrícola industrial. Nesse contexto, foram feitos investimentos na aplicação conhecimento técnico nas lavouras, na fertilização dos solos, na mecanização e na maior adaptação de espécies em relação ao ambiente natural^[19].

O estabelecimento da nova fase da cafeicultura incentivou a utilização intensiva da propriedade agrícola, já que o mau uso dela tornou-se desvantajoso aos proprietários, em decorrência do aumento no preço das terras e dos tributos sobre a produção agrícola. A valorização do preço das terras inviabilizou a volta dos grandes cafezais e das fazendas não planejadas. A nova fazenda de café, amparada nesse conceito, tenderia para a exclusão do agricultor que não procurasse tirar o máximo rendimento econômico de sua propriedade^[19].



Galpão para armazenar implementos agrícolas utilizados em lavouras de café.
Foto: Cristina Criscuolo.

Como identificar a presença do café na paisagem atual da região de Campinas

NA ÁREA RURAL

Elementos dispostos na paisagem são identificados e reconhecidos como vestígios arquitetônicos remanescentes do Ciclo do Café. Na área rural, existem fazendas históricas que têm preservada toda ou parte da estrutura original na sede, com as antigas habitações, senzalas, locais de armazenamento e secagem do produto.



Atualmente o café é cultivado em pequenas porções de terra, localizadas principalmente nos municípios a Leste da RMC, como estas plantações às margens da Rodovia Gov. Adhemar Pereira de Barros, entre Campinas e Jaguariúna, ou na Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas.



NA ÁREA URBANA

Os tempos do café se traduzem em elementos que podem muitas vezes passar despercebidos pelos olhares dos apressados habitantes.



Nomes de ruas são atribuídos em homenagem aos barões do café em Campinas, SP.
Fotos: Maria Helena Silva Brito.



Casarões antigos que pertenciam aos barões do café e atualmente têm novos usos.

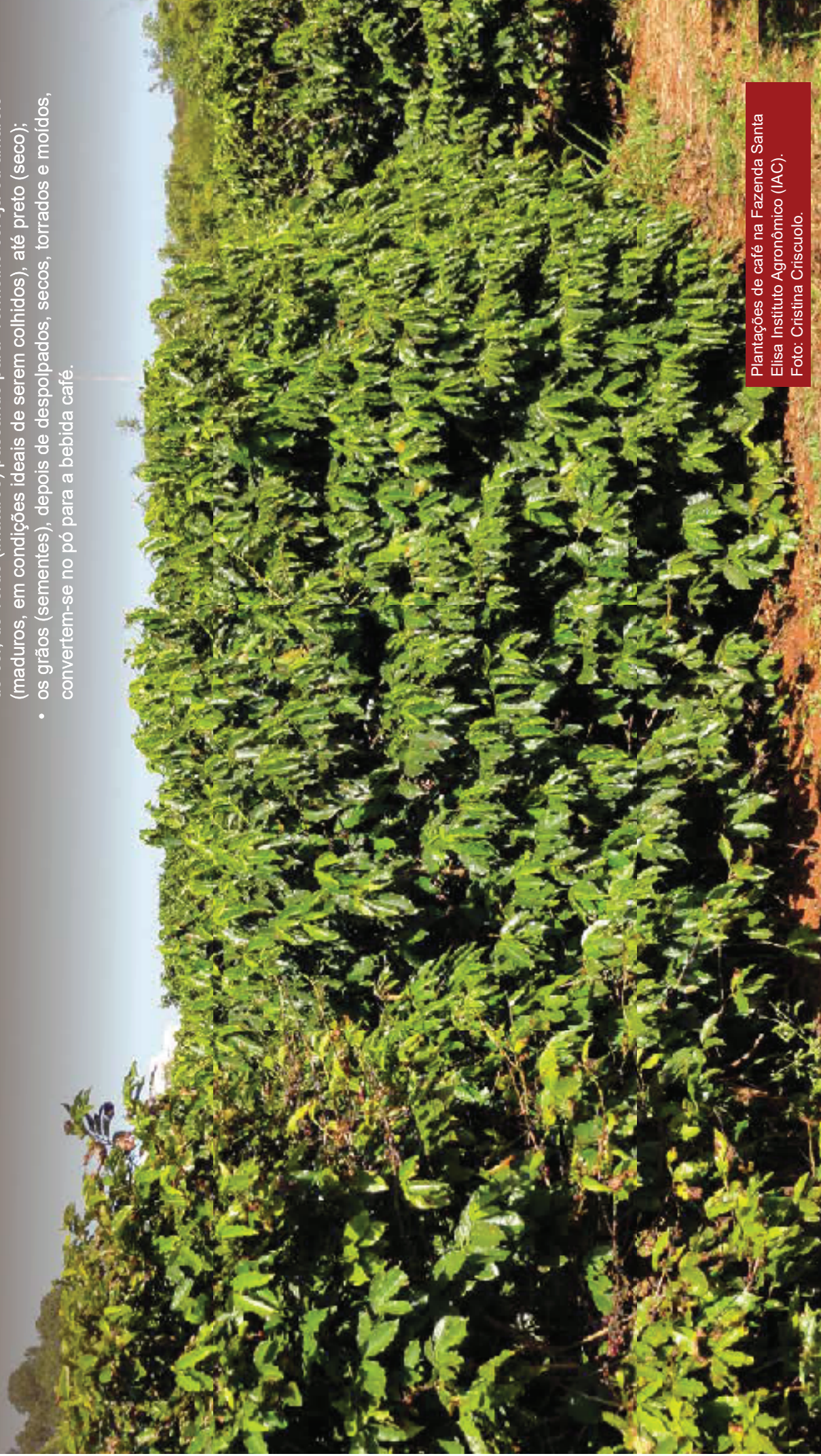
A – Antigo Solar do Barão de Itapura, onde se localiza atualmente a Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e
B – Palácio dos Azulejos (antigo Solar do Barão de Itatiba), onde atualmente se encontra o Museu da Imagem e do Som (MIS) de Campinas.
Fotos: Cristina Criscuolo.

O cafeeiro

O cafeeiro é uma planta da família Rubiaceae, do género *Coffea*. A espécie mais cultivada na América do Sul é o café arábica (*Coffea arabica* L.)^[20].

De forma geral, as principais características da planta (cafeeiro) são:

- arbustos de folhas verde escuras opostas;
- apresentam flores pequenas, brancas e perfumadas nos ramos;
- os frutos ovais contêm geralmente duas sementes e, quando maduros, podem ser vermelhos ou amarelos;
- à medida que vão amadurecendo, os frutos vermelhos vão mudando de cor, de verde (imaturos) passando para vermelho cereja ou amarelo (maduros, em condições ideais de serem colhidos), até preto (seco);
- os grãos (sementes), depois de despolpados, secos, torrados e moídos, convertem-se no pó para a bebida café.



AMOSTRA DO CULTIVO DE CAFÉ EM CAMPINAS/SP



As plantações de café geralmente apresentam-se dispostas em alinhamentos padronizados sobre o terreno. Essa característica auxilia na identificação da cultura e a diferenciação de outras culturas agrícolas, quando analisadas por meio de imagens de satélite e fotografias aéreas.

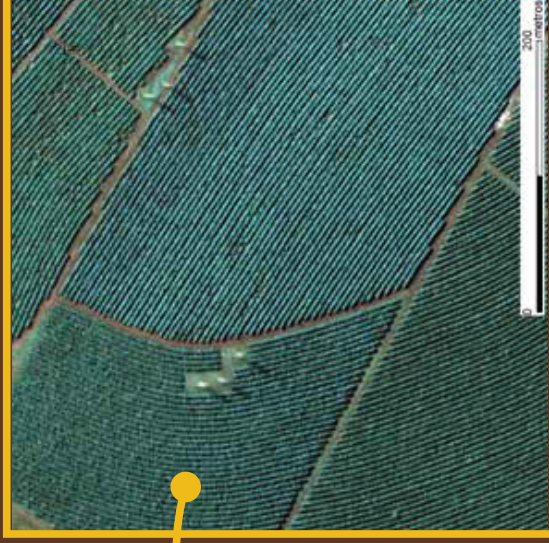
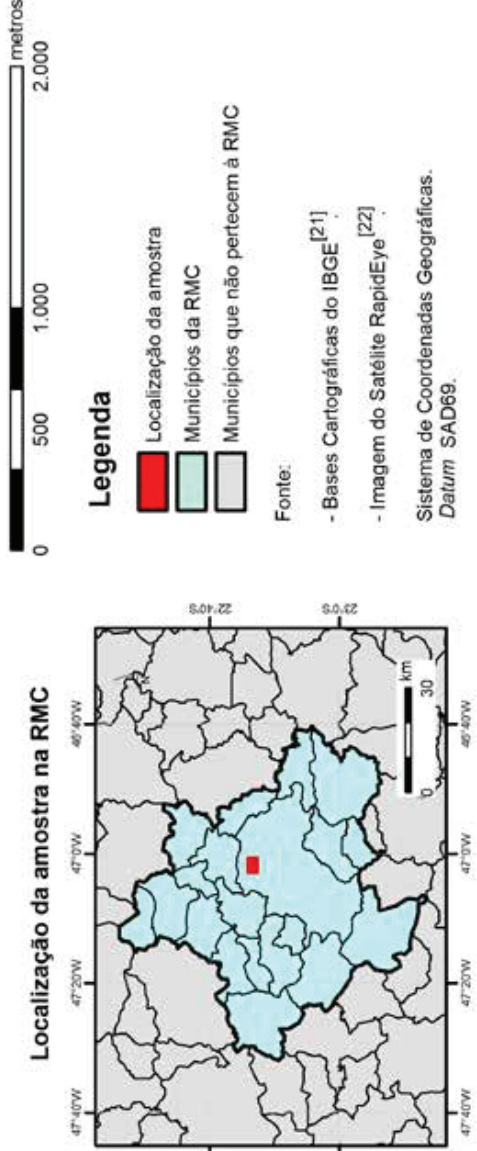


Imagem do satélite WorldView[23].



Colonos na lavoura de café. Foto: Coleção Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A história do café e o Instituto Agrônômico

O Instituto Agrônômico (IAC) foi fundado em Campinas no dia 27 de junho de 1887 e desde então passou a ser fundamental para o desenvolvimento da cafeicultura nacional. Desde 1923, a antiga Seção de Café do IAC, denominada atualmente de Centro de Análise e Pesquisa Tecnológica do Agronegócio do Café “Alcides Carvalho”, desenvolve pesquisas científicas com o café^[24].

A intensificação das pesquisas com café no IAC ocorreu a partir de 1932. Desde então, foram desenvolvidos estudos de sistemática, citologia, biologia da reprodução, genética e técnicas agrônômicas, com o objetivo reunir informações básicas para o plano de melhoramento e renovação cafeeira^[12].

Vale destacar o estudo de melhoramento que promoveu a seleção de milhares de plantas e os estudos de descendentes entre variedades de *Coffea arabica*. Muitos experimentos foram feitos em Campinas e nas estações do Instituto Agrônômico de Mococa, Pindorama, Ribeirão Preto, Jaú, Monte Alegre do Sul e, em menor escala, em Limeira, Pariquera-Açu, Pindamonhangaba e Tieté, além de outras regiões.

O programa de genética e melhoramento do cafeeiro lançou cultivares de café recomendadas para o plantio nas regiões brasileiras. As cultivares de *Coffea arabica* selecionadas pelo Instituto Agrônômico são responsáveis por cerca de 90% da produção nacional de café arábica^[25], de Campinas para o mundo!



(A) Centro de Pesquisas sobre o café do IAC; (B) Prédio centenário do IAC (localizado na Av. Barão de Itapuru, Campinas, SP); (C) Terreiro de café do IAC. Fotos: Célia Regina Grego.

Entre as cultivares lançadas pelo IAC, destacam-se a Caturra Vermelha e Caturra Amarela, de alta produtividade, desenvolvidas no início da década de 1970. As figuras mostram as diferenças quanto à coloração dos frutos maduros. Também foram desenvolvidas outras cultivares de grande importância, tais como: Bourbon Vermelho e Bourbon Amarelo, Mundo Novo, Acaia, Icatu Vermelho, Icatu Amarelo, Icatu Precoce, Caturra Vermelha, Caturra Amarelo, Ouro Verde, Obatã e Tupi.

As pesquisas recentes com café no IAC estão voltadas a oferecer opções variadas de cultivares de alta qualidade aos cafeicultores, com perfil diferenciado de sabor e aroma e maior valor agregado. Em 2011, foi lançado o Programa de Cafés Especiais, que tem o objetivo de obter novas cultivares de café arábica adaptadas aos diversos ambientes de produção, com maior aptidão genética para produzir plantas de cafés especiais, como os naturalmente desprovidos de cafeína.



Prédio administrativo do IAC (Av. Barão de Itapura).

Foto: Maria Helena Silva Brito.



Grãos de café vermelhos e amarelos em maturação.

Fotos: Cristina Criscuolo.



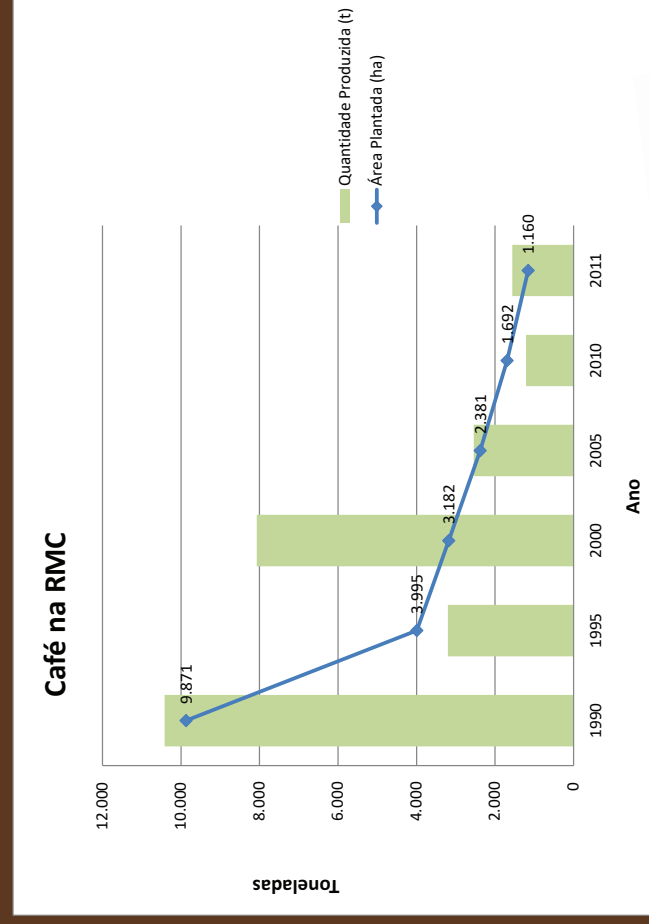
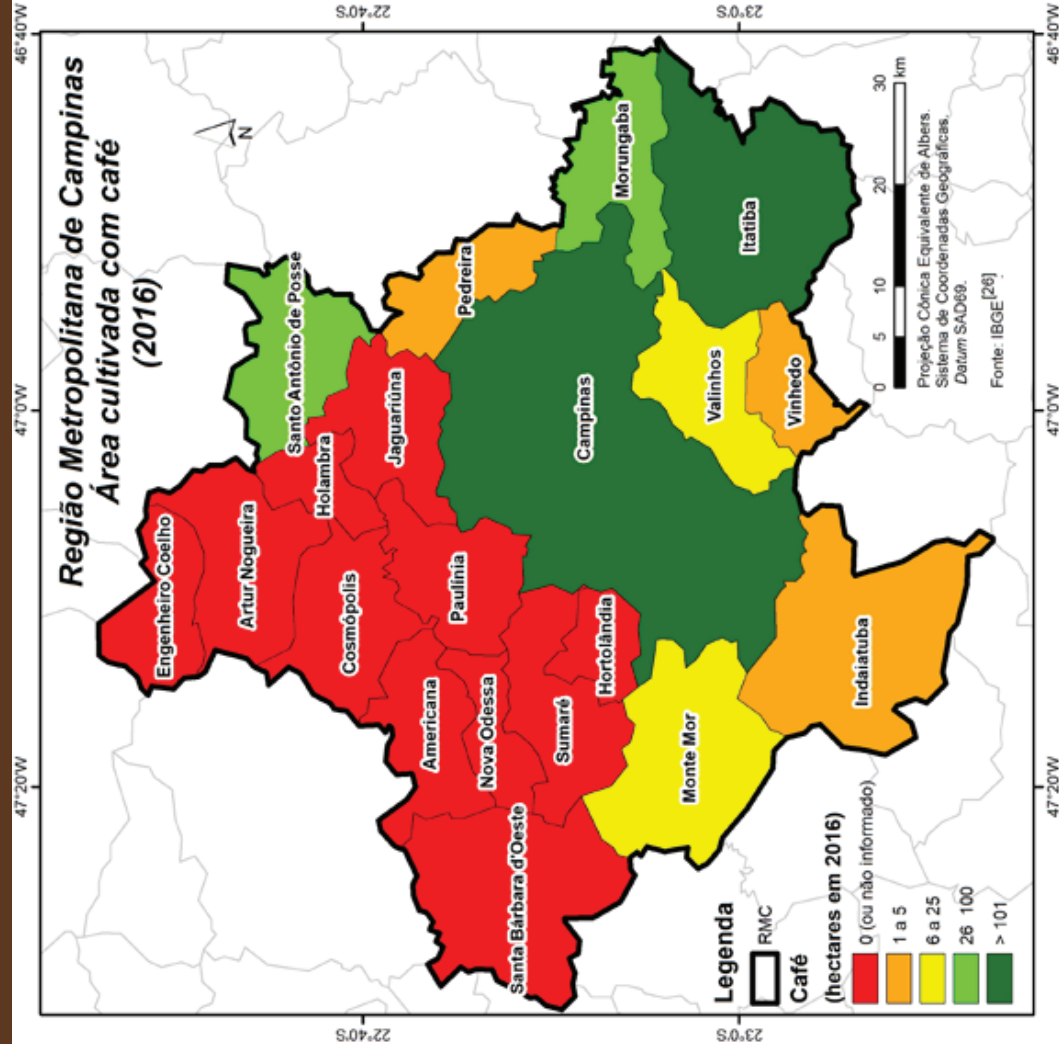
O café produzido atualmente na RMC

Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas não cultivam mais o café em grandes proporções, como ocorria no passado. Segundo dados do IBGE [26], a região tem atualmente 1.035 hectares de cultura (0,3% do total da RMC), distribuídos da forma mostrada no mapa.

Os dados também apontam a diminuição da área cultivada ao longo do tempo, o que tem reflexo direto na quantidade de café produzida na região. Acompanhe pelo gráfico.

A diminuição de área cultivada com café na RMC ocorreu em todos os municípios que tinham plantações de café em 1990: Indaiatuba, Itatiba, Santo Antônio de Posse, Pedreira e Campinas.

Atualmente a Região Metropolitana de Campinas é responsável pela produção de 1.570 toneladas de café, o que corresponde a 0,8% do total produzido pelo estado de São Paulo e 0,05% do total produzido pelo Brasil, segundo o IBGE [26].

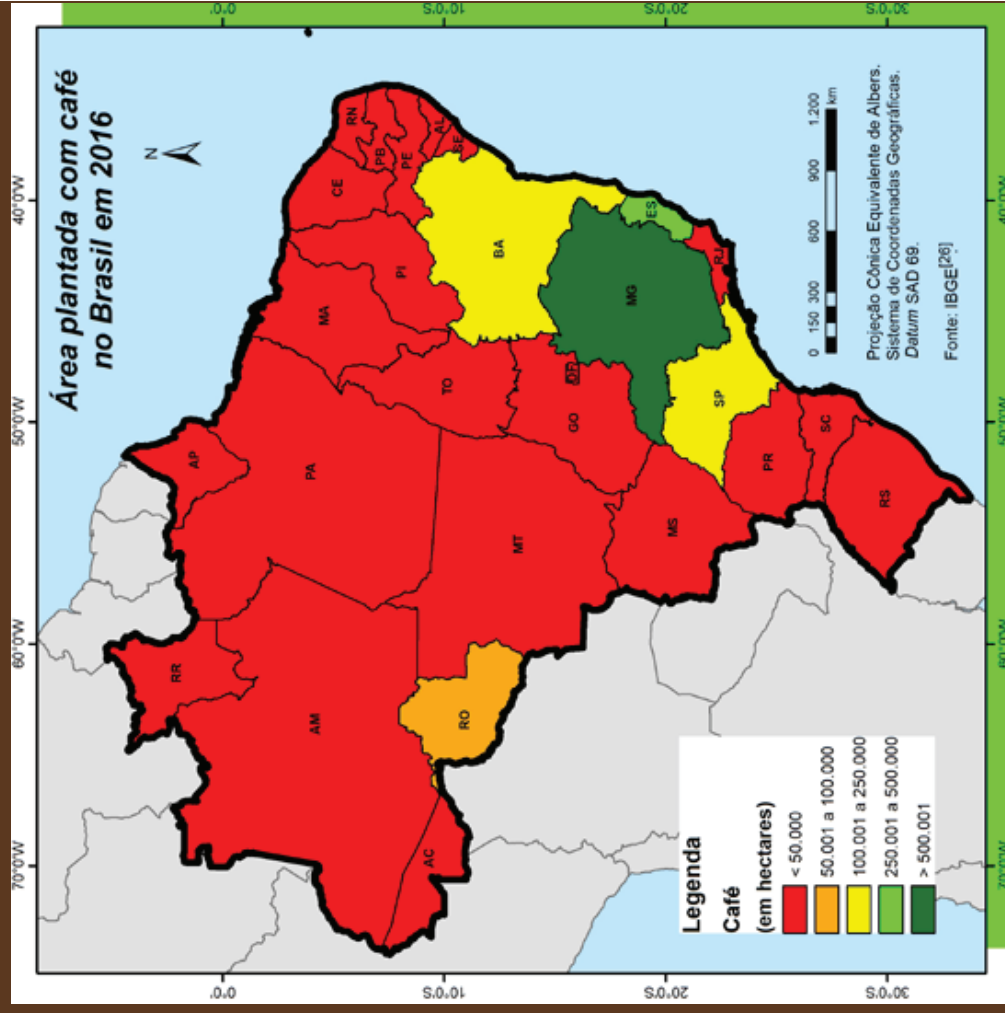
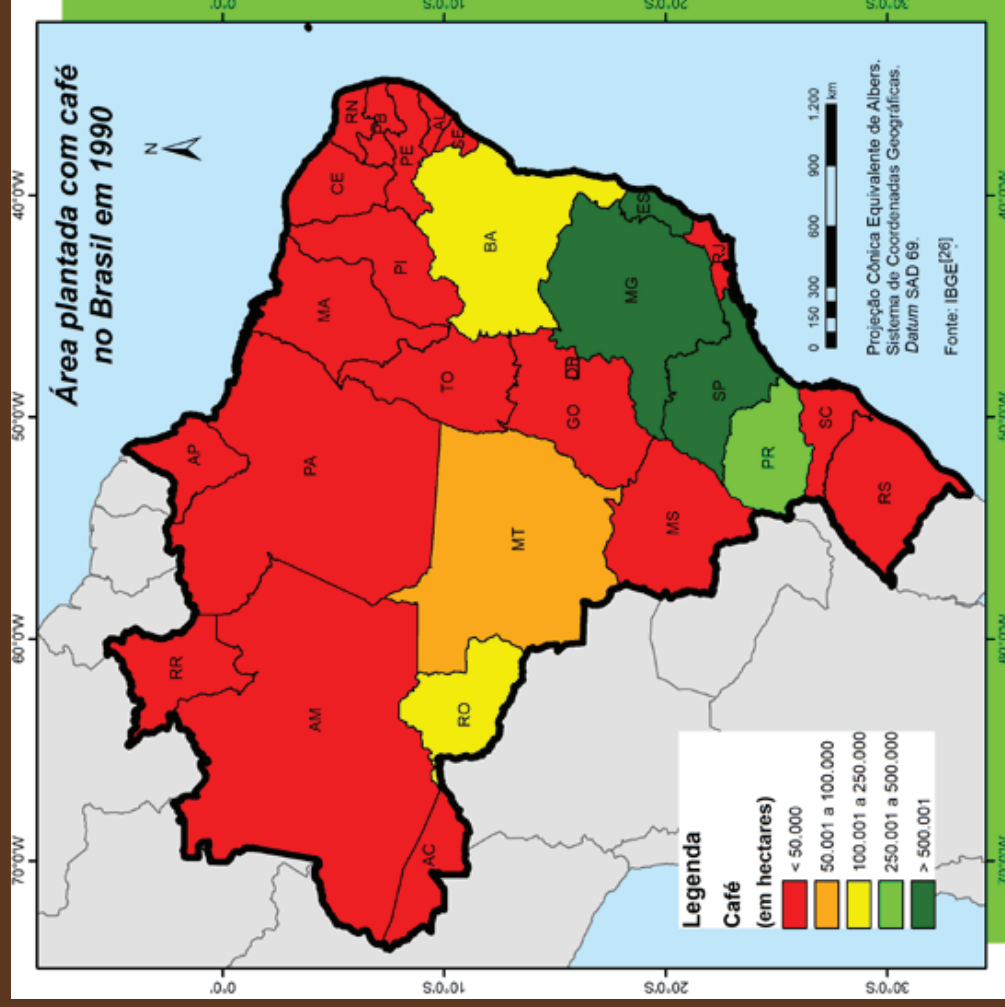


Fonte: IBGE [26].



O café produzido atualmente no Brasil

Segundo o Ministério da Agricultura (2013)^[27], o café é um dos cinco maiores produtos agropecuários exportados pelo Brasil, e é comprado internacionalmente por Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão. Segundo dados do IBGE, em 2016 foram produzidos 3 milhões de toneladas em 2 milhões de hectares^[28]. A região Sudeste teve destaque na produção nacional, principalmente os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Os mapas mostram as principais regiões produtoras do Brasil em 1990 e 2016^[28].



Os cafés da nossa vida

O hábito de tomar café ao acordar, após a refeição ou em qualquer hora do dia faz parte da vida do brasileiro. Mesmo que ele não seja consumidor da bebida, certamente vai sentir o aroma característico do produto sendo preparado em algum local.

Por seu alto consumo, o café em pó é um dos itens que compõem a cesta básica do brasileiro. O valor do café é constantemente monitorado pelos institutos de pesquisa, pois sua variação causa impacto direto nos gastos básicos para a manutenção de uma família.

A principal forma de consumo do produto é a bebida, preparada a partir dos grãos torrados e moídos. O café também pode ser encontrado na indústria alimentícia (como matéria-prima de bebidas, biscoitos, bolos, chocolates), indústria cosmética (cremes, sabonetes, shampoos), indústria farmacêutica (remédios, estimulantes), entre outros.

Ele também é utilizado em muitas escolas como item da merenda, respeitado o limite estabelecido por médicos e nutricionistas e de acordo com a faixa etária dos estudantes.



*O café é motivo de celebração!
Quem não gosta de fazer uma
conversa durante o dia para
acompanhada de uma xícara de
café?*



Torrefação e embalagem do café para ser disponibilizado para consumo.
Fotos: Cristina Criscuolo.

Referências

- [1] NEVES, C. **A estória do café**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1974. 52 p.
- [2] ADAS, M. **Geografia, construção do espaço geográfico brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- [3] VEGRO, C. L. R.; BLISKA, F. M. M. Evolução e participação da cadeia produtiva do café do Estado de São Paulo no agronegócio brasileiro. In: BLISKA, F. M. M.; GUERREIRO FILHO, O. (Org.). **Prospecção de demandas na cadeia produtiva do café no Estado de São Paulo**. Campinas: Agronômico, 2007. p. 15-19.
- [4] RODRIGUES, J. A. **Atlas para estudos sociais**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977. 26 p.
- [5] TAUNAY, A. de E. **História do café no Brasil**: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/biblioteca/digital/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=5&busca=Historia%20do%20cafe%20no%20Brasil&tipoFiltro=pa.id_autor&filtro=223&descFiltro=TAUNAY,%20Alfonso%20de%20E.&listarConteudo=T%EDtulo%20%20%BB%20Historia%20do%20cafe%20no%20Brasil>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- [6] SILVA, A. P. da. Engenheiros e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 14, n. 1, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- [7] MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008. 316 p.
- [8] MESSIAS, R. C. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista**: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830/1888. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- [9] BONILLA, J. A. **Gestão da qualidade total para produtores de café**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 1937. 184 p.
- [10] ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. **História**: as grandes fazendas de café. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- [11] FREITAS, S. M. de. **O café e a imigração**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- [12] CARVALHO FRANCO, M. S. de. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- [13] CANO, J. **Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas (1870-1889)**. 1994. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História IFISH, Unicamp, Campinas, SP.
- [14] FEPASA. Ferrovias Paulistas S.A. Grupo de Estudos para Integração de Políticas de Transportes (GEIPOP). Mapas: rede ferroviária brasileira: traçado 1984. **Anuário estatístico dos Transportes 1985**. Disponível em: <<http://mfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1984Fepasa.shtml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.
- [15] ROSSETTO, P. F. **Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiaeses” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 14, n. 2, p. 141-191, 2006.
- [16] COORDENADORIA SETORIAL DE DOCUMENTAÇÃO-SMAJ.C. **Biblioteca Jurídica**. Disponível em: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/comunsn-13082004.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- [17] ZAMBONI, M. C. **A Mogiana e o Café**: contribuições para a história da estrada de ferro Mogiana. 1993. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, SP.
- [18] CARVALHO, A. **Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil**. Campinas: IAC, 2007. 8 p. (Documentos IAC, 34). Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/publicacoes_online/pdf/doc34.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- [19] FERRÃO, A. M. **A Arquitetura do café**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, 296 p.
- [20] REIS, P. R.; CUNHA, R. L. **Café arábica do plantio a colheita**. Epamig. Lavras: EPAMIG, 2010. 896 p.
- [21] IBGE. **Malhas digitais – município, 2001**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 30 abr. 2004.

- [22] EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE. **Mosaico de imagens do satélite RapidEye**. Campinas, 2011.
- [23] EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE. **Mosaico de imagens do satélite WorldView**. Campinas, 2011.
- [24] INSTITUTO AGRONÔMICO (IAC). **Centro de Café "Alcides Carvalho"**. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/areaspesquisa/cafe/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- [25] GUERREIRO FILHO, O.; FAZUOLI, L. C.; EIRA AGUIAR, A. T. **Cultivares de Coffea arabica selecionadas pelo IAC**: características botânicas, tecnológicas, agronômicas e descritores mínimos. 2006. Disponível em: <http://www.infobios.com/Artigos/2006_2/Cultivares_cafe/Index.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- [26] IBGE. **Produção Agrícola Municipal (1990 a 2016)**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- [27] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agrostat**: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

